



(RE)SIGNIFICANDO ESPAÇOS E RELAÇÕES SOCIAIS EM UM LUGAR CHAMADO PRESÍDIO

Camila Diane Silva¹

Introdução:

Um rio poluído corta a cidade. Carros, ônibus e motos competem. Entre buzinas e aceleradas, um monumento em forma de barca, outro em forma de imigrante e uma bandeira gigante. Muitas indústrias, poucas escolas. Flores, palmeiras, príncipes e bicicletas. Mangues, invasões, mendigos e presídio! Esta pluralidade de informações em um mesmo cenário, mais parece uma pintura de Dominik Bulka², cujos edifícios dividem espaços com porcos voadores. Mas, afinal, que lugar é este? Se pensarmos em uma perspectiva global tanto o lugar de Bulka quanto a minha descrição podem estar referindo-se a diferentes lugares e cidades, pois estamos inseridos em uma contemporaneidade marcada pela coexistência da pluralidade e, ao mesmo tempo, de supostas singularidades que fundem os espaços, tornando-os globais. Segundo Nicolau Sevcenko com a globalização houve uma “densa conectividade de toda a rede de comunicações e informações envolvendo o conjunto do planeta, tudo se tornou uma coisa só” (SEVCENKO, 2001).

No entanto, alguns signos falam sobre o lugar, sobre a história, sobre o tempo. Mantidos na “memória coletiva” são estes códigos que diferenciaram este espaço dos demais. No caso desta pesquisa, este lugar de memória é a cidade de Joinville. Com aproximadamente 487 mil habitantes³, localizada no norte do estado de Santa Catarina, Joinville é uma cidade assim como as demais cidades do mundo. Ligada a história oficial, ainda hoje recebe títulos referentes a príncipes, flores e bicicletas. Diante desta imagem de cidade ordeira, algumas práticas, lugares e discursos fogem deste contexto, produzindo um *contra-lugar*, um contra-discurso. Pensando sobre estes discursos que fogem das “normalidades” sociais, dos padrões e regras de conduta, que surgem as idéias para a elaboração de projetos de iniciação científica, desenvolvidos nos anos de 2008/2009⁴, tematizando a população carcerária joinvilense, mas especificamente as mulheres condicionadas ao cárcere nesta cidade.

¹ Graduada em História pela Universidade da Região de Joinville.

² Dominik Bulka é um artista gráfico polonês. O mesmo participa da exposição “Katalogue”.

³ Segundo dados do censo 2007: Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 abr. 2009.

⁴ Referência aos Projetos de Iniciação Científica: “Crimes, celas e elas: memórias de mulheres sobre a condição de cárcere na cidade de Joinville” e “Narrativas de mulheres egressas do sistema carcerário na cidade de Joinville”. Estes foram desenvolvidos em 2008/2009, respectivamente, pela presente pesquisadora.



Joinville possui uma Penitenciária Industrial e um Presídio Regional, ambos localizados em um bairro periférico da cidade. As percepções destas instituições no cotidiano da cidade muitas vezes passam despercebidas, ocupando apenas o lugar das páginas policiais ao relatarem que mais um “bandido” esta fora das ruas, para o conforto da população, ou a fuga destes ameaçando a ordem. Ao que se refere a mulher em condição de cárcere estas percepções tornam-se praticamente ausentes, sendo que algumas pessoas revelam nem saber da existência de mulheres presas na cidade, ou nunca terem parado para pensar nas mulheres que são presas, achando que estas habitam somente os ambientes das grandes cidades – “marginais de verdade”, ou séries de TV e filmes⁵. Ou seja, estamos tão habituados a classificar e excluir o que e quem é aceito, as normas e “anormas”, que tudo parece estar em seu devido lugar. Outro fato agregado as percepções da mulher nos espaços de cárcere, é o estranhamento gerado por tratar-se de corpos que fogem duplamente as regras normatizadoras. Fogem por tratar-se de crimes cometidos contra a sociedade e por estes terem como personagens principais a figura feminina, sendo que a esta é atribuída a “condição natural” ligada aos ambientes privados, ao lar e ao cuidado doméstico (RAGO, 1985).

Crimes, Celas e Elas:

A instituição carcerária vem atrelada aos modelos de “instituições fechadas”, estas cujo principal finalidade simbólica é a “barreira à relação social com o mundo externo...” (GOFFMAN, 2005, p.16). Com a função de isolar aquel@s que não são considerad@s apt@s a viverem com seus pares, tendo em vista que “... em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações” (FOUCAULT, 2009, p.132). Agregam-se as funções de privação da liberdade disfarçadas de ressocialização, caracterizando assim o “binômio punir/ressocializar” (CHIES, 2005). Desta forma nossas sociedades ocidentais confiscam a liberdade daquel@s que fogem as regras para se conviver em sociedade, acreditando tratar-se de corpos que fogem a norma. Corpos que se diferem dos demais, no entanto, se levarmos em consideração que “o normal e o estigmatizado não são pessoas, e sim perspectivas que são geradas em situações sociais durante os contatos mistos [...]” (GOFFMAN, 1967, p. 117), compreendemos que os espaços e a atribuição dos corpos a estes são reflexos de uma construção social. Mas quem seriam as atrizes e atores protagonistas desta história? Quais corpos seriam alvos?

⁵Estas são algumas das impressões evidenciadas durante a pesquisa, nas apresentações de resultados desta ou em conversas corriqueiras ao falar sobre a pesquisa e o objeto desta.



Beatriz Preciado, em seu livro “Texto-yonqui”, define nossa era, como uma “era farmacopornográfica”, na qual a sociedade é impulsionada por uma dupla tríade caracterizada pela união da indústria dos fármacos, os impulsos tecnológicos e a pornografia, apoiados nos impulsos de excitação – frustração-excitação. Esta lógica social constrói corpos e atribuições de valores a estes, produzindo os normais e seus espaços assim como os anormais e seus respectivos espaços. Segundo a autora: “os verdadeiros trabalhadores ultrapalperizados do capitalismo farmacopornográfico são as putas, os imigrantes, os pequenos traficantes, os prisioneiros, os corpos dedicados aos trabalhos domésticos e ao cuidado corporal, as crianças, os animais...”. (PRECIADO, 2008, p. 194. *tradução minha*). Os corpos “[...] daquel@s que são isolad@s e ausentes de direitos políticos e sociais. [...] negasse acesso ao espaço político, privando do discurso público [...]”. (PRECIADO, 2008, p. 217. *tradução minha*). Este discurso converge para a realidade do sistema penitenciário contemporâneo e suas protagonistas em questão, tendo em vista que estes são reflexos de problemas sociais, econômicos e a má qualidade de vida da população, na qual o crime torna-se uma ação de subsistência. Configuram-se assim corpos marginais, sem direito a voz, pois esta não pertence a mulheres, não pertence a mulheres pobres, não pertence a mulheres pobres e prezas.

Segundo a psicóloga membro do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça Valdirene Daufenback “[...] se a gente for pensar que quem hoje está preso no Brasil são os pobres e que a maioria dos crimes estão relacionados ao patrimônio, então estão relacionados também a subsistência [...]”⁶. O resultado destas mazelas sociais e a união de um modelo retrogrado de “instituição fechada”, refletem a manutenção de um sistema cada vez mais saturado e atuante na formação da segregação e exclusão social.

No Brasil e especificamente em Joinville, as páginas policiais dos meios impressos locais receberam destaque nos anos de 2008/2009 ao enfatizarem a lotação dos presídios, com destaque para a população carcerária feminina, tendo em vista dados nacionais publicados pelo Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça. Estes demonstram que nos últimos oito anos houve um crescimento de 75% da população penitenciária feminina, acima da masculina, proporcionalmente⁷. Vindo ao encontro destes dados está a Ala Feminina do Presídio Regional de Joinville com o número aproximado de 100 mulheres, sendo que no final do século XX o número era praticamente inexistente – sublinha-se que a criação do presídio foi no início da década de 1990 e a Ala foi um anexo improvisado e incorporado, como medida paliativa. Estas notícias vinculadas na mídia causam alarde na população, no entanto a preocupação da sociedade em geral é com

⁶ DAUFENBACK, Valdirene. *Entrevista concedida a Camila Diane Silva*. Joinville, 07 out. 2009.

⁷ Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/inde04082008.htm>. Acesso em: 4 ago.2008.



maiores e melhores medidas de segurança para os “humanos direitos”, onde visa-se maior policiamento, cercas elétricas e alarmes, ignorando a razão e origem dos problemas sociais.

Desta forma configurasse a estratigrafia social na qual somos tod@s submetid@s. Delimitam-se espaços onde possibilitem acoplar nossas criações, nossas ações e reações, nossas “performances” (BUTLER, 2002; 2003). Somos reflexos de diferentes mascaras acionadas conforme as situações nos pedem, assim somos classificad@s dentro da normalidade. Já a anormalidade é composta por todos aqueles discursos que se inscrevem de forma contrária ao dado natural. Pensar o presídio implica em um espaço de anormais, agora pensar presídio feminino implica em um duplo lugar de anormais, pois foge das normas de conduta sociais atribuídas ao ser humano e ao ser mulher. E o que pensar destes ambientes atrelados a práticas sexuais? E quando estas fogem dos padrões heteronormativos?

Aprisionando corpos e sexualidades

O sistema normatizador é responsável por moldar nossos corpos, atos, discursos, modo de ser, viver, se relacionar socialmente, e até mesmo o sistema dicotômico de se assumir como figura masculina ou feminina, naturalizando-os. Inspirada na teoria de Judith Butler, Berenice Bento fomenta esta imersão osmótica social que somos submetidos, afirmando que o:

“O gênero adquire vida através das roupas que compõe o corpo, dos gestos, dos olhares, ou seja, de uma estilística definida como apropriada. Essas infundáveis repetições funcionam como citações, e cada ato é uma citação daquelas verdades estabelecidas para os gêneros, tendo como fundamento para sua existência a crença de que são determinados pela natureza”. (BENTO, 2006, p. 132).

Ou seja, somos submetidos a uma ordem de um sistema de pênis e vaginas generificados e performatizados em corpos masculinos e femininos. Estas classificações são atribuídas de uma forma a naturalizar estes dados, tornando-os naturais e inquestionáveis. Ou seja, você é um homem quando tem um pênis, e mulher quando tem uma vagina. De forma a completar a ordem natural das coisas, o nascimento dos sexos e gêneros determinam os desejos, a sexualidade dos corpos, como uma rede de categorias coladas umas nas outras. Desta forma, há a configuração das normas hegemônicas de gênero, na qual a sexualidade normal é a de heterossexuais (BENTO, 2006).

Segundo Foucault, no livro “História da Sexualidade I: A Vontade de Saber”, a história da sexualidade ocidental é antes de tudo a história dos discursos, pois são estes que vão estruturar as relações de poder. Dentro de uma perspectiva histórica percebe-se que até o século XVII os códigos eram frouxos, “os corpos pavoneavam”. No entanto, nos séculos seguintes há a construção de códigos, normas, regras de condutas sociais e principalmente do confisco da sexualidade, que passa



ser encontrada apenas no ambiente privado, sob domínio da instituição familiar – com a finalidade reprodutiva e ordeira. “O casal legítimo e procriador dita a lei [...]. [...] um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais”. (FOUCAULT, 1988, p.09/10).

Esta forma de ordenar e naturalizar os corpos e as relações sociais e sexuais produz a norma, a forma ordeira e correta, aceitável e correta de se viver na sociedade ocidental. Contudo, contra-discursos começam a ser explicitados através de corpos que não se encaixam nestes modelos heteronormativos, trazendo a tona invenções de padrões e modelos sociais, mostrando e demonstrando que este *status quo* nada mais é do que uma invenção político-social, e os corpos e suas concepções são reflexos de uma construção sócio-cultural. O gênero, portanto, nasce juntamente com o sexo, como reflexos de uma construção cultural.

As discussões de gênero, portanto, apresentam-se extremamente complexas tendo em vista que não podem ser tratadas como algo fechado, com modelos que estruturam seus personagens de formas fixas, em categorias fixas e ciências únicas. Rita Segato demonstra em seu texto “Os percursos do gênero na antropologia e para além dela”, os percursos do gênero como uma estrutura que “atravessa” o campo da antropologia e de tantas outras ciências caracterizando uma categoria de análise transdisciplinar – definido desta forma por não obter uma resposta fechada de uma determinada ciência, tendo em vista que esta estrutura implica em uma compreensão e desconstrução biológica, histórica, antropológica, psicanalítica, entre outras contribuições complementares. A autora apresenta a definição de gênero como uma categoria em trânsito, na qual o biológico não determina o papel de gênero exercido socialmente, nem mesmo a ausência de mobilidade. Destaca-se que: “Essa circulação é, na verdade um fato corriqueiro em qualquer sociedade, mas é mascarada por uma ideologia que os apresenta como colados, colapsados”. (SEGATO, 1998, p.04). Há a possibilidade de permuta.

É inegável a existência das relações de poder nas mais diferentes sociedades, por muitas vezes utilizadas por antropólogas para definir a subordinação feminina como algo universal, no entanto estas não implicam na ausência de mobilidade do gênero e existindo esta mobilidade há a ruptura no processo de hierarquias, e conseqüentemente a comprovação de que não há categorias universais. Um exemplo desta possibilidade está nas instituições fechadas, quando “estas posições relativas surgem (e não me refiro somente à sua reedição no campo da sexualidade mas aponto para o universo mais amplo das relações afetivas), agora reencarnadas em anatomias uniformes”. (SEGATO, 1998, p.04). Portanto o que seria o gênero? Este seria observável? Sendo que a zona de



conforto que atribuía gênero a relações entre homens e mulheres é desconstruída em exemplos como em presídios onde há rearranjos nas estruturas e relações interpretados por anatomias idênticas (SEGATO, 1998). Segundo a autora “... o gênero não seja exatamente observável, pois se trata de uma estrutura e, como tal, tem um caráter eminentemente abstrato, que se transveste de significantes acessíveis aos sentidos, mas que não se reduz nem se fixa a estes” (SEGATO, 1998, p.11).

A performatividade do cárcere: uma possibilidade de trânsito no intransitável

“A performance é uma esfera em que o poder atua como discurso” (BUTLER, 2002 p. 136). [tradução minha].

“[...] simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo...”. (GOFFMAN, 2005, p.16). [sobre as instituições totais].

O sistema carcerário tem como a principal finalidade o isolamento social daquel@s que não são considerad@s apt@s a viverem com seus pares, tendo em vista que “... em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações” (FOUCAULT, 2009, p.132), como já abordado anteriormente. De forma análoga nós somos aprisionad@s em nossos corpos de modo a assumirmos inerentemente papéis de gênero antes mesmo de nascermos. O gênero funciona como uma designação. Incorporam-se estereótipos de feminilidades e masculinidades, se relacionando com uma idealização heterossexual. Portanto partimos de uma performance inicial que nos aprisiona em um modelo fixo e inalterável: “É uma menina!”. (BUTLER, 2002, p.325).

Diante desta analogia de códigos, aparentemente fixos e inalterados, presentes nas instituições carcerárias – ausência de contato externo, de trânsito e contato social - bem como em nossa performance de gênero inicial, este texto tem a proposta inicial de propor algumas questões para pensar se em um ambiente, que historicamente combate a possibilidade de trânsitos, possibilitaria paradoxalmente (re)significações nos modelos heteronormativos hegemônicos aceitos socialmente, e pré-concebidos como normais. Seria a instituição carcerária um ambiente de possibilidades de vivências transitórias nas identidades e papéis de gênero? Como um contra-discurso o ambiente carcerário seria uma possibilidade de corromper um discurso hegemônico estabelecido socialmente?

Uma das grandes tarefas para a contemporaneidade seriam formas de repensar as possibilidades subversivas de identidade. O que de fato configuraria trânsitos nas identidades de gênero subvertendo a ordem do discurso hegemônico? É aí que mora o grande desafio, tendo em



vista que muitas vezes aquilo que parece subversivo aos olhos de fato não subverte a ordem binária heterossexual hegemônica. A exemplo, podemos pensar nos atos performáticos assumidos por casais de lésbicas, que apesar de subverterem a ordem do discurso por comporem um modelo homoafetivo que se distancia do modelo heterossexual, caem na ordem hegemônica ao assumirem-se como um casal, sendo que uma leva a identidade de homem, e a outra de mulher. Ou seja muitas vezes é inconcebível pensar algo além da norma. De alguma forma há a necessidade de se encaixar nos padrões normais da sociedade.

No entanto, ao tratar-se de uma instituição carcerária, percebe-se que possibilidades de trânsitos acabam acontecendo de formas sutis tendo em vista (re)significações nas relações sociais de uma organização social composta de códigos específicos, seja na linguagem ao revelarem palavras (re)inventadas que traduzem sua realidade, seja nas relações hierárquicas de gênero ou nas afetivas e homoafetivas vivenciadas e/ou experienciadas no cárcere. Esta imagem se revela muitas vezes em nosso imaginário coletivo, reforçado muitas vezes por séries televisivas (exemplos: OZ, Capadocia) que procuram recriar o ambiente carcerário carregado de seus signos. No entanto, seria este ambiente uma possibilidade paradoxal de um contra-discurso subversivo em relação a ordem hegemônica heteronormativa? Este é um início desafiador para futuros estudos referentes a temática tão pertinente para a contemporaneidade.

Referencias Bibliográficas:

BENTO, Berenice. “Quando o gênero se desloca da sexualidade: homossexualidade entre transexuais”. In: GROSSI, Miriam Pillar e SCHWADE, Elisete (orgs.). *Política e Cotidiano: estudos antropológicos sobre gênero, família e sexualidade*. Blumenau: Nova Letra, 2006.

BUTLER, Judith. Acerca del termino “queer”. In: *Cuerpos que importan: Sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”*. Buenos Aires: Paidós, 2002.

_____. “Sujeitos do sexo/gênero/desejo”. In: *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. RJ: Ed. Civilização Brasileira, 2003.

CHIES, Luis Antônio Bogo. Cemitério dos Vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres. *Sociologias*, Porto Alegre, n.13, p. 338-345, jun. 2005.

FOUCAULT, Michel. *História Da Sexualidade I: A Vontade De Saber*. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramallete. 36ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Trad. Mathias Lambert. SP: 1967.



_____. *Manicômios, Prisões e Conventos*. Tradução de Dante Moreira Leite. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

PRECIADO, Beatriz. La era Farmacopornografica. In: *Texto-yonqui*. Madrid: Espasa Calpe, 2008.

_____. Pornopoder. In: *Texto-yonqui*. Madrid: Espasa Calpe, 2008.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil: 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SEGATO, Rita. Os percursos do gênero na antropologia e para além dela. In: *Série Antropologia*, n° 236. Brasília: UNB, Departamento de Antropologia, 1998.

SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.